

  
debate

*Revista de Economia Política*, vol. 28, n° 1 (109), pp. 166-177, janeiro-março/2007

## A aventura da crítica

LEDA MARIA PAULANI\*

The adventure of the critic. The aim of this paper is to reply the critical observations made by Fernandes, Rego and Gala in this number of *Revista de Economia Política* about a paper of mine, also published in this same journal in January 2006, which deals with the relationship between Economics and Rethoric and its unfolding in Brazil. Answering these critical observations I have tried to show that: a) it is not easy, as they do, to associate Habermas's project to the defense of the approach of Rethoric in Economics; Habermas himself has a lot of objections to the association of his project with Rorty's pragmatism which seems to be the strongest McCloskey's influence; b) it is not true that my considerations have a kind of epistemological immunity and that they are not liable to contestations; if it seems so it is because the nature of the materialistic approach itself. At the end I observe that my carpers didn't reply my observations about the unfolding of the rethorical project in Brazil and that this is, at some measure, surprising, because they are central personages in it.

Key-words: Modernity, Rethoric of Economics, Habermas project, Marx, materialist approach

JEL Classification: B 41.

### INTRODUÇÃO

Em artigo no presente número desta *Revista de Economia Política* (“Respostas a uma crítica marxista às perspectivas retórica e pragmática em economia”), Danilo Araújo Fernandes, José Márcio Rego e Paulo Gala endereçam a mim uma dura crítica à crítica que faço à visão de D. McCloskey sobre as relações entre ciência econômica e retórica. Reservando-me um espaço para a resposta a essa crítica nas páginas deste mesmo número, a *REP* concede-me a possibilidade de continuar o diálogo que mantenho, há mais de 10 anos, com os defensores desse projeto (Paulani, 1996, Rego, 1996, Paulani, 1999, Fernandes,

---

\* Profa. Titular do Departamento de Economia da FEA/USP, Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), paulani@usp.br; paulani@uol.com.br

Rego e Gala, 2004, Paulani, 2005 e Paulani 2006). Entendo que, com isso, ao contrário do que possa parecer aos menos avisados, protagonizamos todos nós um experimento tipicamente moderno, no sentido que Habermas dá ao termo. Nestas terras menos aquinhoadas com o espírito da modernidade que em princípio acompanha o evoluir da civilização ocidental, é raro encontrar, mesmo intramuros do espaço universitário, supostamente mais afeito a essas práticas, uma troca de idéias sobre o que quer que seja que não descambe para conflitos menos nobres e para discussões em que a polidez está longe de dar o tom. Além disso, no que tange especificamente à ciência econômica, já há algum tempo deixou de existir o diálogo entre diferentes concepções teóricas, substituído que foi pela arrogância do paradigma dominante. Pois bem, pelo menos no que concerne ao plano metateórico, estamos todos aqui, conjuntamente, nas páginas deste prestigiado periódico, para dizer que o espírito moderno, pelo menos em um de seus aspectos, sobrevive, e vai muito bem obrigado. Agradeço, portanto, a meus críticos e à *REP*, a oportunidade de fazer parte deste experimento.

Conforme evidencia a seção de abertura do referido artigo, meus interlocutores, incomodados principalmente com meu último trabalho — “Economia e Retórica: o capítulo brasileiro” — publicado no nº 101 desta mesma *REP*, em janeiro de 2006,<sup>1</sup> assentam sua crítica às minhas posições na afirmação de que elas ignoram o debate filosófico contemporâneo, levando-me a estabelecer correlações espúrias como aquela que aponto entre neoliberalismo e retórica. (Fernandes, Rego e Gala, 2008, p. 157). Para fundamentar essa sua crítica, eles perfazem um caminho em três passos: inicialmente, eles tentam demonstrar que faço uma leitura errada do projeto filosófico habermasiano, vendo só uma parte da “estória” (ibidem, p. 158), o que estaria na raiz das críticas equivocadas que faço ao projeto retórico; em seguida buscam mostrar que essa leitura errada implica meu aprisionamento à tradição subjetivista de Modernidade, com a conseqüente desconsideração da perspectiva filosófica contemporânea; finalmente, vão postular que, sendo assim, a crítica que faço a McCloskey é uma crítica externa e assentada numa espécie de imunização epistemológica que interdita o debate. As considerações que se seguem procurarão acompanhar essa ordenação dos argumentos.

## HABERMAS E A CRÍTICA À RAZÃO SUBJETIVA

Como adiantado, meus interlocutores acreditam estar numa leitura errada do projeto habermasiano a raiz dos problemas que eles vêem nas críticas que en-

---

<sup>1</sup> Meus interlocutores referem-se não a essa versão do texto, mas àquela apresentada no XXXII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), cujo título era “Retórica e Neoliberalismo: o capítulo brasileiro”. Apesar de a versão publicada na *REP* em janeiro de 2006 conter alterações relativamente substantivas em termos de conteúdo, decorrentes das observações e sugestões de dois pareceristas anônimos, o cerne de minhas considerações, de minha crítica e de minha argumentação permanece o mesmo nos dois artigos.

dereço ao projeto retórico. Tomando meu livro *Modernidade e Discurso Econômico*<sup>2</sup> como referência, eles afirmam que a leitura que faço do *Discurso Filosófico da Modernidade* (daqui por diante *Discurso*) dá a entender que, para Habermas, o debate sobre o discurso filosófico da modernidade se encerra e não que se inicia com Hegel e que eu estaria afirmando que, para ele, Hegel teria dado a última palavra no que diz respeito à crítica da Modernidade, em sua versão subjetivista (Fernandes, Rego e Gala, 2008, p. 158).

A primeira consideração que é preciso fazer sobre essa leitura é que eu não disse em lugar nenhum que, para Habermas, é Hegel quem dá a última palavra sobre a crítica da modernidade. O que fiz, muito simplesmente, foi utilizar o belo trabalho que Habermas faz, nos capítulos I e II do *Discurso*, para poder partir, em minha própria empreitada crítica sobre o discurso econômico, do conceito de Modernidade tal como definido por Hegel. Ao invés disso, poderia, é claro, ter utilizado diretamente os trabalhos do próprio Hegel — e dos demais autores presentes nessa discussão, como Kant e Weber — derivando daí o referido conceito. Mas por que razão, numa tarefa tão complexa, haveria eu de desprezar um intermediário da categoria de Habermas? Ele já tinha feito o trabalho e eu com certeza não seria capaz de fazer melhor do que ele. Portanto, nunca afirmei que, para Habermas, Hegel teria dado a última palavra sobre a crítica da modernidade.

No mesmo sentido, eles afirmam também que eu teria desconectado a leitura que Habermas faz de Hegel de sua proposta filosófica mais geral, tendo me interessado apenas pelo resgate que o primeiro faz do segundo no que concerne à crítica ao princípio da subjetividade. Em outras palavras, eles acreditam que, para Habermas, Hegel não foi só o crítico do princípio da subjetividade,<sup>3</sup> mas o artífice da tentativa de reunificar o projeto filosófico da Modernidade, dimensão que eu teria desconsiderado. Com isso dão a entender que um dos objetivos de meu livro teria sido o de interpretar a obra habermasiana. Que eles fizeram essa leitura fica claro em passagens como: “Se fizermos uma observação cuidadosa da obra de Habermas, poderemos verificar a interpretação problemática que Paulani faz da visão que Habermas tem da perspectiva filosófica de Hegel. O que, a nosso ver, reflete sua dificuldade em apreender corretamente a filosofia crítica de Habermas em sua totalidade” (ibidem). Ora, nunca pretendi fazer uma interpretação da filosofia crítica de Habermas ou da totalidade de sua obra. Como já afirmei, simplesmente utilizei o trabalho feito por Habermas ao recuperar o conceito de Modernidade e ao mostrar seu atrelamento, por Hegel, ao princípio da subjetividade. É certo que não concordo com a crítica que Habermas faz a Hegel, mas não desenvolvi ali os argumentos que embasam essa minha posição, porque não era esse o objetivo do texto. Apenas deixei indicados os trilhos nos quais

---

<sup>2</sup> São Paulo, Boitempo, 2005.

<sup>3</sup> É esse o Hegel que, segundo os autores, vai posteriormente ajudar Marx “a desvendar o princípio privatista, utilitarista e individualista da modernidade capitalista” (Fernandes, Rego e Gala, p. 5), donde, segundo os autores, meu interesse por ele.

corre a crítica de Habermas a Hegel, sem me pronunciar sobre ela (Paulani, 2005, p. 28 nota 4).

É verdade que afirmo ali que “o conceito de Modernidade tal como aqui se apresenta, acompanha as idéias de Habermas” e estou me referindo aí ao *Discurso*, o que poderia tê-los levado a imaginar que minha pretensão era interpretar o projeto filosófico habermasiano. Mas eu emendo logo em seguida: “O pensador alemão, percorrendo um caminho que vai de Kant a Weber, passando por Hegel, estabelece uma espécie de diagnóstico da Modernidade e de seus desafios que aqui reproduzo sucintamente” (Paulani, 2005, p. 25). Pensei com isso ter deixado claro que acompanhava, como de fato acompanho, o diagnóstico que Habermas, assentado em Hegel, faz da Modernidade e de seus desafios (assim como o acompanhamento nas críticas que ele faz às posições pós-modernas). Sendo assim, pude aproveitar seu trabalho e partir daí para minhas próprias derivações e análises do discurso econômico. Mas em nenhum momento afirmo que ele concordava com a saída antevista por Hegel para os referidos desafios, assim como não disse em nenhum lugar que pretendia fazer uma análise ou interpretação da obra de Habermas como um todo.

Mas, seja como for, é aí que os autores vêm a raiz daquilo que eles consideram como sendo meu “pecado original”,<sup>4</sup> e no contexto dessa crítica eles aproveitam para demonstrar qual é seu próprio entendimento do projeto habermasiano. Para eles, se considerarmos esse projeto como um todo, entenderemos com clareza o sentido das críticas que Habermas desfere contra a tradição subjetivista da modernidade, a qual, para eles, só poderá se completar se formos “capazes de adentrar por meio de uma concepção de racionalidade verdadeiramente emancipatória, que desse vazão a uma ampliação do conceito de racionalidade instrumental (tal como compreendida inicialmente por Weber), abarcando de forma definitiva a noção de racionalidade comunicativa (intersubjetiva)” (Fernandes, Rego e Gala, 2008, p. 159). Esse tipo de entendimento do que venha a ser a razão intersubjetiva parece-me equivocado com relação ao próprio projeto habermasiano, dando-me aqui o ensejo (já que os autores me cobraram algo que eu não tinha inicialmente a intenção de fazer) para colocar sucintamente não só o que eu entendo por esse projeto como também as críticas que faço a ele.

Parece-me que Habermas tem perfeita consciência de que as razões subjetiva e intersubjetiva determinam-se mutuamente (até porque seu modelo aqui é o jovem Hegel). Não se pode, portanto, entender a razão intersubjetiva defendida por Habermas, como um “alargamento” ou “ampliação” da razão subjetiva, menos ainda da razão instrumental. No entanto, parece ser assim que meus interlocutores a compreendem. A passagem da razão subjetiva à razão intersubjetiva não é da ordem da quantidade, mas da ordem da qualidade e configura um dos

---

<sup>4</sup> Com o objetivo geral de tentar identificar o ‘pecado original’ de Paulani (...) concentraremos esta parte do trabalho em uma breve avaliação crítica ...” (Fernandes, Rego e Gala, 2008, p. 4)

pilares em que Habermas ancora seu projeto de resgate do verdadeiro espírito moderno.

Habermas, contudo, enfatiza o papel de devir do sujeito moderno que essa, digamos assim, “mudança qualitativa necessária” tem, dando menos importância ao seu papel de momento da própria razão subjetiva. Na Introdução da *Crítica da Economia Política*, Marx diz que: “... a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (...) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento.” (Marx, 1974, p. 110). Colocando em termos habermasianos, o máximo de interação (de comunicação, de intersubjetividade) é também o ápice de predomínio da razão subjetiva.<sup>5</sup> O que aparece como dificuldade no trajeto histórico do espírito moderno é, para Habermas, justamente que essa razão subjetiva se efetiva em poder objetivo e derrama esse poder para as esferas de ação que de direito dever-se-iam reger de outra maneira. As racionalidades prático-moral e estético-expressiva, que deveriam comandar o mundo da vida, ficam assim subjugadas pela razão instrumental, impedindo a razão comunicativa de atuar como meio de efetivação do espírito moderno. Daí não só sua luta para afirmar a razão intersubjetiva como a razão organicamente constituinte desse espírito, como também sua cruzada em prol da delimitação da área, bastante extensa, aliás, que ele reserva para a atuação da razão subjetiva (o sistema burocrático estatal, presidido pelo meio *poder*, e o sistema econômico, presidido pelo meio *dinheiro*). Como se vê, mesmo para Habermas, muito longe de uma simples relação quantitativa, o que une a razão subjetiva (tomada como razão instrumental) e a razão intersubjetiva é uma relação de contradição (daí a necessidade de limitar a primeira às instâncias da vida social que lhe são de direito, impedindo que ela invada os demais redutos).

Mas é justamente a existência dessa contradição que torna o projeto habermasiano uma impossibilidade. Na realidade, o que existe entre esses dois termos é uma relação de pressuposição. A razão intersubjetiva não está ausente do mundo moderno, mas também não está posta. Ela está pressuposta e está pressuposta nos dois sentidos possíveis. Ela está pressuposta, em primeiro lugar, porque ainda não está posta, porque está posta como devir, ou seja, a modernidade aponta para isso — para uma integração social produzida por consensos alcançados normativamente, para um agir consensualmente partilhado — mas ainda não indicou os caminhos que levarão a humanidade a esse feliz desiderato. No segundo sentido, ela está pressuposta porque, quando se põe, se nega, ou seja, se põe como negada. Em outras palavras, nas esferas da vida social que têm na linguagem seu elemento de coordenação (a ciência, a moral, o direito e a arte), essa racio-

---

<sup>5</sup> Não podemos esquecer, e a informação está no próprio Habermas (1990b, p. 27), que o individualismo, ou seja, a possibilidade que “a singularidade infinitamente particular” tem, no mundo moderno, de fazer valer suas pretensões, é, na visão hegeliana, a primeira das conotações que o princípio da subjetividade comporta.

lidade é posta, para além da consciência dos agentes, a serviço da razão instrumental, ou seja, sua posição se dá como negação.

Habermas não discorda disso (de que a razão intersubjetiva não tem efetividade) e afirma mesmo, nos seus termos, que há uma “colonização sistêmica do mundo da vida”. Contudo enxerga isso como uma patologia, que a cruzada em prol da valorização dessas esferas e a boa vontade da *Sprachethik* serão capazes de sanar, criando assim um mundo onde os meios poder e dinheiro restrinjam-se a atuar nas esferas que lhe são próprias. A crítica que se pode fazer a Habermas é que a contradição que envolve a razão intersubjetiva é a contrapartida da contradição que envolve o indivíduo moderno, e que Marx tão bem aponta no trecho citado acima. Assim, a transmutação da razão instrumental em poder objetivo, capaz de “colonizar o mundo da vida”, é um resultado *necessário* dessa contradição, não podendo, portanto, ser vista como anomalia. É nesse sentido que a razão intersubjetiva é momento da própria razão subjetiva, relação à qual Habermas parece não dar a devida importância. Em outras palavras, a consciência da existência do homem como gênero que a modernidade inaugura, e que deveria constituir-se no caldo de cultura necessário ao afloramento da razão comunicacional, não pode, no entanto, desempenhar esse papel, porque nasce enredada na malhas da ideologia que caracteriza um mundo ontologicamente constituído pela contradição entre essência e aparência.

Portanto, se eu tivesse tido a intenção, em alguns de meus trabalhos anteriores, de interpretar o projeto habermasiano como um todo, seria nesses termos que ele seria considerado. Meus interlocutores, contudo, acreditam que eu pura e simplesmente desconsidero a versão lingüística e intersubjetiva desse projeto, donde a insuficiência de minhas análises e de minhas críticas ao projeto da retórica na economia, o qual eles consideram próximo da empreitada de Habermas. Mas passamos com isso ao segundo passo de seu argumento.

#### VIRADA LINGÜÍSTICA, RAZÃO E INTERSUBJETIVA E RETÓRICA DA ECONOMIA

Para meus contendores, meio século depois da virada lingüística, eu me prendo ainda, inconscientemente, à tradição subjetivista da Modernidade. Por isso, faço uma crítica externa, pouco comprometida com o avanço interno da perspectiva retórica. Em suas palavras: “O texto *Retórica e Neoliberalismo: o capítulo brasileiro*, de Paulani, é também um bom exemplo da insuficiência filosófica atual de críticas anti-retoricistas que buscam, ainda hoje (...) se fundamentar (mesmo que aparentemente sem ter consciência disso) em princípios transcendentais subjetivistas que desconsideram o papel da linguagem na constituição dos significados dos conceitos teóricos e empíricos (...) Esta dificuldade, a nosso ver, se confirma tendo em vista que a crítica de Paulani sobre o princípio da subjetividade moderna (...) se assenta única e exclusivamente sobre uma perspectiva fi-

losófica que se limita a considerar as críticas hegelianas ao individualismo iluminista (...). Sem levar em consideração autores como Nietzsche, Heidegger, Wittgenstein, Apel, Habermas, Rorty... Autores considerados fundamentais para a compreensão de qualquer debate dentro do campo da filosofia da linguagem contemporânea.” (Fernandes, Rego e Gala, 2008, pp. 6-7).

A crítica dos autores, portanto, resume-se ao fato de que eu não compartilho com eles seu apreço pela filosofia da linguagem, pois, em minhas considerações sobre a Modernidade e seu princípio fundante, me limito a seguir Hegel, sem considerar outros autores mais afinados com esse paradigma contemporâneo. Não há muito o que responder a essa “crítica”, porque de fato não posso segui-los em sua estima sobre o que se conhece filosoficamente como *linguistic turn*. Daí porque não haveria sentido em que eu utilizasse os autores por eles citados, a não ser que fosse para criticá-los. Por isso não posso aceitar, como querem meus interlocutores, que se trate aqui de uma “dificuldade” ou de uma limitação. Trata-se simplesmente de uma diferença de posição, que decorre de uma base filosófica distinta.

Menos ainda posso aceitar a afirmação de que eu não teria consciência dos princípios transcendentais subjetivistas que embasam minha crítica. Não só tenho plena consciência da posição filosófica que assumo, como já demonstrei, na resposta a Rego que escrevi em 1999, e no livro de 2005 (particularmente capítulos 5 e 6) o porquê dessa escolha. Com relação a este ponto cabe-me deixar claro que este pouco apreço pela “virada lingüística” da filosofia não significa, de modo algum, a desconsideração da importância fundamental da linguagem, tanto na posição do homem na cena histórica, quanto na concepção sobre as possibilidades inscritas para o ser humano. Em outras palavras, não abraço a posição de que ontologicamente a primazia da constituição do homem como ser social possa ser atribuída tão-somente ao trabalho e tampouco creio que seja possível atribuir a Marx uma tal visão.<sup>6</sup> Ao contrário, ao afirmar que o homem é um animal social, Marx traz implícito em seu discurso a idéia da linguagem como fator constitutivo do homem. A continuidade dessa afirmação, aliás, faz referência direta à linguagem: “A produção do indivíduo isolado, fora da sociedade (...) é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si” (Marx, 1974, p. 110). Além disso, são inúmeras em *O Capital* as referências à “linguagem” das mercadorias, aos símbolos e signos que as formas mais reificadas do valor apresentam etc., indicando que, num mundo onde as relações entre as pessoas, ou seja, as relações sociais, são intermediadas pelas coisas é inevitável que a linguagem passe a ser atributo também das próprias coisas. Em suma, se Marx não põe a linguagem, com todo seu potencial emancipatório, na teoria social que elabora sobre a sociedade moderna é porque

---

<sup>6</sup> É preciso reconhecer, no entanto, que algumas leituras marxistas famosas, como a do último Lukács, acabam por referendar esse tipo de postura.

ela está implícita, pressuposta, e, pois, dialeticamente negada por essa própria realidade (ela está posta nas coisas que objetivamente dominam os homens).<sup>7</sup>

Além disso, e retomando a citação dos autores quotada acima, ainda que se possa afirmar que autores como Heidegger, Wittgenstein, Apel, Habermas e Rorty são fundamentais para a compreensão dos debates no campo da filosofia da linguagem contemporânea e que todos têm em comum uma perspectiva crítica em relação ao princípio da subjetividade, é uma tarefa muito complicada, e eu diria impossível, colocá-los todos juntos. Com exceção dos dois “sócios”, Habermas e Apel, é muito difícil, como já demonstrei em outros textos,<sup>8</sup> fazer essa associação. Reproduzo, contudo, apenas uma observação sobre a aproximação que mais nos interessa por ora, qual seja aquela entre Rorty e Habermas, que é precisamente o que permite que os autores coloquem no mesmo barco retórica e razão intersubjetiva. Em minha resposta de 1999 a Rego lembro que Rorty considera uma idéia infeliz a proposta habermasiana de criar um novo tipo de postura transcendental, baseada na razão intersubjetiva, e critica duramente, pois diz que “é muito suspeita”, a tentativa aí envolvida de desenvolver uma “pragmática universal” (Paulani, 1999, p. 82). Acrescento, agora, que Habermas, no *Discurso*, depois de lembrar que, para Rorty, “tanto a ciência como a moral, a economia como a política, bem assim como, do mesmo modo, a arte e a filosofia estão abandonadas a um processo de protuberâncias lingüístico-criativas” (Habermas, 1990b, p. 195), afirma que, nessa filosofia da vida virada para o plano lingüístico, o sim e o não dos atores que agem de modo comunicacional é tão predeterminado pelos contextos lingüísticos e tão influenciado pela retórica que se mostram como processos análogos aos naturais e, mais ainda, que essa concepção contextualista da linguagem faz com que Rorty (e também Derrida) ignore o valor peculiar dos discursos organizados em pretensões de validade que vão além dos contextos existentes em cada caso, e em torno dos quais se estruturam as esferas da ciência, da moral e do direito (idem, p. 196).<sup>9</sup>

Graças a tudo isso, os autores têm razão quando afirmam que faço uma crítica externa “pouco comprometida com o avanço interno da perspectiva retórica em economia” (Fernandes, Rego e Gala, 2008, p. 160), pois de fato considero

---

<sup>7</sup> Aqui não é o espaço para desenvolver em profundidade esse argumento. Com essas poucas observações, pretende-se simplesmente indicar que abraçar o materialismo não significa ignorar ou desconhecer a importância ontológica da linguagem e o reconhecimento dessa importância não exige a filiação incondicional aos paradigmas que explicitamente a assumem. Para uma reflexão sobre a relação entre os termos trabalho e linguagem na obra de Marx, bem como sobre a visão que Habermas tem dela, ver Haddad, 2004, principalmente capítulo 1.

<sup>8</sup> Vide Paulani (1999 e 2005, principalmente capítulo 6)

<sup>9</sup> Tudo isso não quer dizer que Habermas não visse com simpatia o filósofo que “levava a filosofia a caminhos não explorados”, como afirmou na Folha de São Paulo, em artigo de 17 de janeiro de 2007, escrito por ocasião da morte de Rorty. Numa entrevista que dá à revista novos estudos CEBRAP quase 20 anos antes (setembro de 1987), Habermas, perguntado sobre o porquê de receber com mais simpatia a obra de Rorty do que a dos pós-estruturalistas (como Derrida), respondeu: “No que se refere a Richard Rorty, não sou menos crítico em relação às suas posições. Mas ao menos ele não participa do “anti-humanismo”, cujas pistas recuam, na Alemanha, a figuras politicamente tão definidas como Heidegger e Gehlen” (Habermas, 1987, p. 83).



essa perspectiva equivocada, não fazendo sentido que eu estivesse “comprometida com seu avanço interno”. Mas eu não estou sozinha aqui. Habermas, ao que parece, me acompanha. Como tentei demonstrar, não é fácil, para não dizer que é inviável, associar a defesa da razão intersubjetiva à defesa da retórica como método. Vimos há pouco que, para Habermas, posturas como as de Rorty, ao nivelarem proposições de natureza e valores de verdade distintos — correção teórica, adequação normativa e veracidade (sinceridade) — acabam por minar o processo renovador da abertura lingüística do mundo que a razão intersubjetiva e a “grande conversação da humanidade” deveriam justamente produzir. Como indiquei em outros textos (Paulani 1996 e 1999), dado que McCloskey utiliza o termo “retórica” em vários sentidos, fica difícil caracterizar sua postura como sendo filiada a uma ou outra corrente metateórica. Se, contudo, admitirmos, como parece razoável, que sua influência maior vem do neopragmatismo americano, então fica também problematizada sua filiação à empreitada filosófica contemporânea, se por ela entendermos, como querem os autores, a valorização da esfera intersubjetiva que Habermas patrocina.

Isto posto, passo a comentar o último passo: a afirmação de que a relação que estabeleço entre retórica e neoliberalismo é fruto de uma correlação espúria, assentada numa postura de “imunidade epistemológica”.

## RETÓRICA DA ECONOMIA E IMUNIDADE EPISTEMOLÓGICA

Em texto que escrevi a partir de meu livro de 2005, retomei a questão da retórica na ciência econômica tal como apresentada por McCloskey, mas agora não mais para especular sobre a base metateórica de sua emissão, mas para discutir sua relação com a realidade contemporânea do capitalismo e seus efeitos no Brasil. Nesse trabalho, tento mostrar: 1) que há uma congruência, que tento justificar a partir de Hayek, entre a ascensão das práticas neoliberais de política econômica extramuros da academia, no início dos anos 1980, e o surgimento da discussão da retórica na economia dentro dela, na mesma época; 2) que McCloskey teria por isso atirado no que viu (a vaga pós-moderna do final da década de 1970) e acertado no que não viu (o esgarçamento da relação entre ciência positiva e normativa relativamente ao padrão vigente nos “30 anos dourados”); e finalmente c) que a transferência para esta periférica terra de bacharéis do ideário e das proposições de McCloskey acabou por revelar, com mais facilidade do que em seu local de origem (o centro do sistema capitalista), a fragilidade desse projeto.

Com relação a esse trabalho, meus interlocutores consideram criticamente: a) que, ao formular essas minhas teses, eu desconsidero o debate sobre a linguagem, que está no centro da discussão filosófica contemporânea; b) que por fazer essa crítica externa, coloco-me numa posição supostamente privilegiada, que “não assume nenhum grau de vulnerabilidade”, nem é capaz de reconhecer sua própria condição ideológica; que é “cheia de respostas prontas” e de “supostos achados” e que é cevada numa sorte de “fórum intelectual cosmológico”, “imu-

nizado epistemologicamente”, e incompatível com o espírito moderno; c) que ideologizo o debate e que considero a defesa da retórica em economia como uma “roupa nova” para a já batida cantilena neoliberal; e, por fim, d) que meu intuito ao fazer essas críticas é “diminuir e desmerecer as abordagens retóricas perante sua platéia de economistas heterodoxos”.

Quanto ao primeiro ponto, creio que já fiz considerações suficientes para deixar claro que, apesar de discordar radicalmente das teses abraçadas por desconstrucionistas, pragmáticos, retóricos e demais congêneres lingüísticos, não desconsidero esse debate, tampouco fujo dele, ainda que não possa evidentemente me comprometer com o “avanço interno” das perspectivas para as quais eles apontam. No entanto, concernente a essa crítica exaustivamente repetida, uma consideração dos autores merece destaque. Segundo sua visão, eu faço um corte filosófico que passa de Hegel a Marx e daí diretamente ao projeto retórico de McCloskey, “sem fazer a mediação necessária que leva Marx à escola de Frankfurt, e dessa a Habermas, e daí à virada lingüística e a Rorty” (Fernandes, Rego e Gala, p. 163). À associação indevida que eles fazem entre a perspectiva intersubjetiva habermasiana e o neopragmatismo de Rorty, eles acrescentam uma outra associação, talvez ainda mais indevida, do projeto de Habermas aos teóricos de Frankfurt. Eles dão a entender que não haveria diferença substantiva entre a posição desses pensadores e a de Habermas, já que estariam todos à busca de um *topos* filosófico que garantisse uma reflexão realmente crítica e “moderna”, ou seja, passível de ser “desmanchada” pragmaticamente. Contudo, contrariamente a Habermas, Adorno e Horkheimer continuam materialistas, e, a julgar por sua *Dialética Negativa*, o primeiro deles torna-se mesmo um materialista radical. Nessa obra, Adorno busca criticar o conceito hegeliano de síntese, justamente porque para ele, opera aí uma vontade de identidade e o recurso à identidade não reconcilia contradições que são materiais.<sup>10</sup>

Quanto ao segundo ponto, não é verdade que não assumo nenhum grau de vulnerabilidade. Tenho perfeita consciência de quão arriscadas são as teses aí defendidas. Contudo, pelo menos no que concerne à relação neoliberalismo x retórica, a tese, apesar de arriscada, é “fraca”, no sentido de que o vínculo que estabeleço entre os dois termos não é de necessidade ou de ordem causal (não se trata, portanto, de teoria conspiratória da história), mas simplesmente de *adequação*, uma relação de congruência (*a la* Weber) que percebi, e que minha matriz materialista me permitiu apresentar. Se se quiser chamar isso de “achado” não vejo grande problema, mas não posso aceitar seu enquadramento na categoria de “respostas prontas”, visto que meu texto procura apresentar todas as mediações que me parecem necessárias para afirmá-la, sendo, portanto, claramente aberto à contestação. Não falo, portanto, de nenhum fórum intelectual cosmológico, imuni-zado epistemologicamente, que me torne surda à conversação moderna.

Mas os autores afirmam também que esse mesmo platô filosófico me torna cega à possibilidade de reconhecer “minha própria condição ideológica”, colo-

---

<sup>10</sup> Está em Haddad (1996) esta leitura da *Dialética Negativa* de Adorno, que subscrevo.

cando-me numa posição em que posso tomar as proposições alheias e vaticinar sobre seu caráter ideológico, ao mesmo tempo em que coloco as minhas próprias proposições ao abrigo dessa tormenta. E aqui esbarramos de fato numa questão intrincada (que desenvolvi um pouco em outro lugar)<sup>11</sup> e que tem que ver não só com a malha ideológica que é ontologicamente constituinte da Modernidade em função da relação contraditória entre essência e aparência que a organiza, como com a questão, cuja resposta não é fácil e que está em discussão no seio do próprio marxismo, sobre qual é o estatuto hoje da ideologia, sobre até que ponto se pode ainda hoje utilizá-la na acepção marxiana original, como falsa consciência. Mas, seja como for, o fato é que a sensação de imunidade ideológica que colocações como as minhas acabam por produzir deriva do fato de que “ideologia” é de certa forma um “achado” do materialismo, visto que está organicamente associada ao fetiche.

De qualquer forma, e com isso adentro os comentários aos dois últimos pontos, não disse que a defesa da retórica é só um disfarce (“roupa nova”) para a defesa do neoliberalismo. Se tivesse feito esse tipo de consideração, meus simpáticos contendores deveriam reagir vivamente, pois seria o mesmo que ter dito que, ao defender a retórica em economia, eles têm a intenção deliberada de enganar — o que seria, de todo modo, incompatível com tachar a perspectiva retórica “como uma espécie ‘ingênua’, provedora de solo fértil para o desenvolvimento do neoliberalismo” (Ibidem, p.12). Evidentemente, não fiz nem uma coisa nem outra. O que fiz foi considerar, como Apel considera o pragmatismo de Rorty, que a defesa da retórica em economia, particularmente em terras como as nossas, é subjetivamente progressista, mas objetivamente regressiva.<sup>12</sup> E isso deriva evidentemente do “mundo ao contrário” em que se constitui, com toda sua carga emancipatória ainda não efetivada, a sociedade moderna. Portanto, minha intenção ao fazer as observações que venho fazendo sobre o projeto da retórica em economia e sobre seus desdobramentos no Brasil não é “diminuir” ou “desmerecer as abordagens retóricas perante sua platéia de economistas heterodoxos”, mas simplesmente discutir um pouco a matriz filosófica desse projeto, sem deixar de reconhecer, como já o fiz em todas as minhas intervenções anteriores, a importância da análise retórica dos textos econômicos que foi Marx, aliás, o primeiro a realizar, munido que estava, graças a seu materialismo, do par fetiche/ideologia. Antes de passar a uma observação final, não posso deixar de notar a ausência, no texto dos autores, de qualquer palavra que seja sobre minhas teses quanto aos desdobramentos do projeto retórico no Brasil e os resultados singulares que produziu, o que não deixa de ser surpreendente, considerando que eles são personagens centrais desse episódio.

---

<sup>11</sup> Paulani, 2007.

<sup>12</sup> “Mas qual é o ponto arquimediano que nos permitiria separar o joio do trigo, ou o pragmatismo naturalista de um Rorty (que é reconhecido por Apel como subjetivamente progressista, embora ‘objetivamente’ regressivo) do bom pragmatismo ocidental a ser erigido?” (Prado Júnior, 1994, p. 90).

## UMA CONSIDERAÇÃO FINAL

Comentando o projeto da pragmática transcendental de Habermas e Apel, Bento Prado observa que se trata aí de escavar, “na força da discórdia, o ideal de comunicação intersubjetiva que parece impregná-la como que à revelia”, de modo que “ao rés da experiência mais imediata, torna-se visível o horizonte transcendental-pragmático” (p. 91). Talvez não haja tradução mais perfeita dessa perspectiva filosófica e não há mesmo como negar que as ciências têm uma dinâmica própria e uma capacidade potencial de ir além do saber meramente aproveitável, ainda que, num mundo desfigurado pelo predomínio dos subsistemas regidos por meios, esse potencial não se objetive no horizonte transcendental que Habermas e Apel vislumbram. Contudo, como essa dinâmica exige o exercício constante do diálogo, com doses substantivas de *Sprachethik*, seus participantes acabam por efetivar, ainda que de modo parcial e precário, pelo menos um dos aspectos do que deveria ser o verdadeiro espírito moderno. Já é alguma coisa e é certamente privilégio nosso podermos participar desse processo e da aventura da crítica, essa atividade tão essencialmente humana, que ele propicia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arantes, Paulo E. (1996) *Ressentimento da Dialética – Dialética e Experiência Intelectual em Hegel*. São Paulo: Paz e Terra.
- Fernandes, Danilo A.; Rego, José M. e Gala, Paulo (2004) “Pragmatismo e economia”. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, Natal.
- \_\_\_\_\_. (2008) “Respostas a uma crítica marxista às perspectivas retórica e pragmática em economia”. *Revista de Economia Política* 28, 1 (109): 155-164.
- Habermas, Jürgen (1987) “Um perfil filosófico-político”. *Novos Estudos* 18.
- \_\_\_\_\_. (1990a) *Teoría de la Acción Comunicativa*. Buenos Aires: Taurus.
- \_\_\_\_\_. (1990b) *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_. (2007) “Filósofo, poeta e amigo”. *Folha de S. Paulo*, “Mais!”, 17/06.
- Haddad, Fernando (1996) *De Marx a Habermas – O Materialismo Histórico e seu Paradigma Adequado*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP.
- \_\_\_\_\_. (2004) *Trabalho e Linguagem – Para a Renovação do Socialismo*. São Paulo: Azougue.
- Marx, Karl (1959, 1974) “Para a crítica da economia política” (Introdução). In: *Marx*, col. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Paulani, Leda M. (1999) “Modernidade e discurso econômico: ainda sobre McCloskey”. *Revista de Economia Política* 19, 4 (76): 78-95. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/76-5.pdf>
- \_\_\_\_\_. (2005) *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2006) “Economia e retórica: o capítulo brasileiro”. *Revista de Economia Política*, 26, 1.
- \_\_\_\_\_. (2007) “Ciência econômica e modelos de explicação científica – retomando a questão”. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia*. Recife: ANPEC. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/encontro\\_2007.htm](http://www.anpec.org.br/encontro_2007.htm)
- Prado Júnior, Bento (1994) “O relativismo como contraponto”. In: Cicero, Antonio e Salomão, Waly, *Banco Nacional de idéias. O Relativismo enquanto Visão de Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Rego, José M. (1996) “Idéias no lugar”. In: Rego, José M. (org.) *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34.